

Problemas da “ranking-mania” na comparação de municípios

[Municípios atraentes são financeiramente punidos, e municípios que perdem habitantes são beneficiados por folga orçamentária]

Valor, terça 21/01/03

As vantagens da municipalização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) podem evaporar se os usuários não forem advertidos sobre os cuidados indispensáveis à sua utilização. Tanto quanto não se deve ingerir remédio sem ler bula e receita médica, também é temerário tirar conclusões sobre o desempenho dos municípios a partir de simplórias comparações de IDH-M. Sua principal falha e o modo de contorná-la foram expostos aqui na terça 14/1. Agora é preciso chamar a atenção para outro perigo: o da “*ranking-mania*”.

Os municípios foram ordenados nas escalas nacional e estadual. Uma rápida olhadela no Novo Atlas do Desenvolvimento no Brasil permite saber, por exemplo, que Barcarena, município da Região Metropolitana de Belém, com 63 mil habitantes, pegou o 1.363^o lugar no campeonato nacional de desenvolvimento, enquanto Jandira, da Região Metropolitana de São Paulo, com igual população, ficou bem à frente, na 547^a. posição. Pode até ser um confronto interessante. Mas é imprescindível que se faça a seguinte pergunta: qual é o significado de se usar essa imensa escala geopolítica para comparar municípios? O processo de desenvolvimento sempre se manifestou com imensa diversidade espacial. Inclusive em territórios bem menores, muito menos heterogêneos, e infinitamente mais solidários do que os brasileiros. Não será ilusório, então, estabelecer paralelos entre municípios que estejam antes ou depois do abismo que separa o Brasil temperado/subtemperado do Brasil tropical/equatorial?

Todo e qualquer indicador de crescimento, dinamismo, ou progresso, que seja georeferenciável, mostrará esse brutal contraste que certamente resultou de dupla determinação histórica: o processo mais recente de povoamento por imigrantes europeus e japoneses que trouxeram em suas bagagens culturais os pressupostos de milenares evoluções agrícolas, mercantis e industriais que só ocorreram em algumas zonas temperadas do planeta. Entre a Campanha gaúcha e o sul de Minas, esses empreendedores encontraram condições ecológicas e políticas muito mais favoráveis à

necessária aprendizagem e posterior adaptação de seu conhecimentos e instituições. Por mais que o determinismo geográfico deva ser banido das interpretações históricas, isto não quer dizer que se possa desprezar a magnitude do fato.

O próprio IDH-M 2000 é uma espécie de prova dos nove dessa dicotomia macroespacial, já que entre municípios considerados de “alto desenvolvimento humano” (índice maior que 0,800) só um minúsculo grupo está na parte tropical do país. Casos como o de Fernando de Noronha, ou de capitais, como Brasília, Salvador, Cuiabá, Goiânia, Belém e Palmas, dispensam comentários. Além deles, somente 12 municípios do Mato Grosso e 10 de Goiás obtiveram IDH superior a 0,800. E os índices foram quase sempre determinados por altíssimas rendas per capita geradas em plantações especializadas e pastagens extensivas que ocupam pouquíssima gente.

Não foi a esperança de vida ao nascer, ou a frequência escolar, que mais influenciou o “alto desenvolvimento” alcançado por municípios matogrossenses como Campos de Júlio, Sorriso, Lucas do Rio Verde, ou Claudia, e sim a peculiar concentração de riqueza. Isto não retira desses quatro municípios o mérito de estarem na vanguarda de um recentíssimo movimento de tropicalização do desenvolvimento. Mas também não é argumento suficiente para que se aceite comparações nas quais praticamente qualquer território da parte superior do país sempre parecerá retrógrado e atrofiado, diante da exuberância paulista, gaúcha, ou catarinense. Deve ser evitada, portanto, qualquer classificação de desempenho que ignore a fronteira ecológico-econômica do paralelo 17.

Como o problema diz respeito à escala nacional, pode-se pensar, então, que é preferível o “Ranking por UF”, pois ele permitiria comparar coisas mais comparáveis. Outro engano, pois essa segunda classificação simplesmente ignora a poderosa hierarquia territorial que torna difícil a diversificação econômica dos municípios de pequeno porte situados nas vizinhanças de cidades ou aglomerações que funcionam como centros regionais. É muito divertida a maneira como cidades médias do interior paulista se ufanam de seus IDH-M ao se compararem a municípios rurais vizinhos como se eles estivessem em igualdade de condições. Além da enorme dificuldade de competirem com os “pólos” mais próximos no estímulo a novos empreendimentos, os rurais ainda são prejudicados na repartição das receitas fiscais, como foi aqui exposto em 7/1.

Assim, para que não se compare alhos com bugalhos, é preciso considerar pelo menos cinco grupos distintos: (1) o das capitais, (2) o de seus satélites metropolitanos, (3) o das aglomerações proto-metropolitanas, (4) o das chamadas “cidades médias”, e (5) o dos municípios de pequeno porte com características rurais. Além disso, é fundamental prestar atenção a aumentos e perdas populacionais entre 1991 e 2000. Não somente porque tais oscilações têm forte impacto sobre os três ingredientes do IDH-M. Também porque a distribuição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) não é sincrônica a bruscos movimentos demográficos. Municípios atraentes - seja por razões de dinamismo econômico, ou de responsabilidade social – são financeiramente punidos, enquanto municípios que perdem habitantes são beneficiados por folga orçamentária, mesmo que passageira.

Voltando ao exemplo, o salto populacional de Barcarena (PA) e de Jandira (SP) foi idêntico: 40%. Só que no caso paraense, a esperança de vida está dois anos à frente, malgrado renda per capita 40% inferior. Qual dos dois municípios deveria, então, ter melhor avaliação em termos de desenvolvimento humano? O pobretão da Amazônia, que oferece aos seus rebentos longevidade de 73 anos, ou o privilegiado, inserido no maior pólo econômico da América do Sul, cujos habitantes morrem aos 71? Segundo o Novo Atlas, o paulista Jandira ganha de longe. Este é o desastre da “*ranking-mania*”, que, infelizmente, está sendo incentivada pela própria forma de apresentação do IDH-M.

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA-USP. Home page: www.econ.fea.usp.br/zeeli/